

CRUZANDO AS FRONTEIRAS DO “FEMININO/MASCULINO”: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E CIDADANIA

Anielle Oliveira Monteiro ¹
Tatiana Cavalcanti de Albuquerque Leal ²

RESUMO

A imposição de uma linearidade entre sexo biológico, gênero e sexualidade, é uma das normas sociais mais marcantes dentro de sociedades binaristas ocidentais. Corpos com vagina, mesmo antes do nascimento, são “automaticamente” categorizados como mulheres, corpos com pênis, homens. Neste contexto, a heteronormatividade, atua como um regime político que dita que a única sexualidade “sadia” é a heterossexualidade, excluindo e marginalizando grupos sociais que fogem deste padrão hegemônico de sexualidade. Assim, o presente texto, tem como intuito, através de pesquisa bibliográfica, trazer um breve resgate histórico e teórico do gênero e da sexualidade enquanto categorias construídas socialmente. O aporte teórico aqui utilizado, se concentra, especialmente, nos estudiosos da Teoria Queer, como: Judith Butler, Berenice Bento, Guacira Lopes Louro e Richard Miskolci. A partir da trajetória histórica dos estudos feministas/de gênero e da epistemologia queer, concluímos que os discursos construídos ao redor do gênero e da sexualidade, dentro da visão ocidental e judaico-cristã de sociedade, cria uma visão enviesada de cidadania, nos fazendo perceber que tal conceito é falho, pois não contempla os corpos que transgridem a norma heterossexual e binária de gênero, tornando-os, assim, “menos cidadãos”.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Teoria Queer, Direitos Humanos, Cidadania.

INTRODUÇÃO

Pensar em gênero como um conceito fluido, construído socialmente, e variável, de acordo com o tempo histórico e o local da sociedade em questão, talvez seja um dos grandes legados e marcos teóricos iniciados pelo movimento e pelos estudos feministas. As feministas da segunda onda, a partir de Simone de Beauvoir, passam a diferenciar o sexo biológico do gênero, entendendo assim, que o gênero é um conjunto de papéis sociais impostos a um determinado corpo sexuado. A noção de gênero enquanto construção social, nos ajuda, assim, a compreender que as falaciosas “diferenças” entre homens e mulheres, defendidas ao longo dos séculos, são na verdade construídas por relações de poder, por discursos artificialmente construídos.

¹ Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba e doutoranda em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. aniellemonteiro@hotmail.com ;

² Mestra e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba. Graduada em Psicologia e graduanda em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. tatianacaleal@gmail.com .

A partir da terceira onda feminista, o rompimento com a noção de que o gênero seria uma categoria “natural”, “fixa”, toma proporções ainda maiores. Junto com os conceitos de “heteronormatividade” e “matriz heterossexual”, trabalhados de forma pioneira por Judith Butler na sua icônica obra “Gender Trouble” (1990), o debate ao redor do gênero e da sexualidade enquanto categorias de controle social e político, ganham mais força.

A heteronormatividade, assim, funciona como um regime político que regula sexualidades, vidas e desejos, elegendo a heterossexualidade como a sexualidade “padrão” e marginalizando, até mesmo patologizando outras sexualidades tidas como “desviantes”. A cisnormatividade funciona de modo similar, criando uma ordem compulsória de alinhamento entre sexo biológico, gênero e afeto. Os corpos que não se encaixam nesse modelo, são vistos como “anormais” (como mencionaria Foucault), “abjetos” (usando termos “butlerianos”), “descartáveis”.

Logo, o objetivo do presente texto, é analisar como tais normas sociais, tais regimes de verdade, ligados ao gênero e a sexualidade, influenciam todos os âmbitos sociais, em especial o ordenamento jurídico, atravessando questões & pautas de direitos civis e direitos humanos fundamentais, reivindicados historicamente pela população LGBTQ+, como: casamento civil gay, adoção por casais homoafetivos, o uso do banheiro por pessoas trans, a retificação de nome e documentos de pessoas trans e gênero-dissidentes. A pretensão aqui, não é a de esgotar o tema e sim, fazer um modesto levantamento histórico, através do método de pesquisa bibliográfico, do conceito de gênero e sexualidade, desde a primeira onda do movimento feminista, até os dias mais atuais, e como a análise histórica desse conceito nos é útil para entendermos as injustiças e opressões direcionadas à mulheres e pessoas LGBTQ+.

1. GÊNERO: UMA CATEGORIA SOCIAL? A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS FEMINISTAS

O principal marco teórico que impulsionou os estudos de gênero enquanto categoria política foi a emergência do feminismo (enquanto movimento social e teoria) nos Estados Unidos e na Europa, em 1960 (época também conhecida como a “segunda onda” do feminismo). Anteriormente, na chamada “primeira onda”, o movimento havia abraçado causas ligadas aos direitos civis e de cidadania, tais como: o direito ao voto (sufrágio universal) e direitos de propriedade. Neste cenário, destacou-se a escritora e filósofa inglesa Mary Wollstonecraft, cuja obra mais conhecida “A Vindication of the Rights of Woman” (“Reivindicação dos Direitos das Mulheres”), de 1792, ganhou notoriedade por tratar, de

forma pioneira e sistemática, as origens da opressão sofrida pelas mulheres, principalmente no que dizia respeito ao acesso à educação:

O entendimento do sexo feminino tem sido tão distorcido por essa homenagem ilusória que as mulheres civilizadas de nosso século, com raras exceções, anseiam apenas inspirar amor, quando deveriam nutrir uma ambição mais nobre e exigir respeito por suas capacidades e virtudes. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 25)

Foi a partir da segunda onda que o debate feminista tomou novos rumos. As questões envolvendo sexualidade, igualdade salarial, direitos reprodutivos e o combate à violência doméstica passaram a ser as principais pautas de ativistas e teóricas feministas. Influenciados por obras germinais como o “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1949), “A Mística Feminina” de Betty Friedman (1963) e “Políticas Sexuais” de Kate Millett (1969), os Estudos Feministas (na época também conhecidos como “Estudos da Mulher”) passaram a pensar no “privado” como uma dimensão atravessada pelas relações de poder, por disputas, e pela constante imposição de regras sociais sobre como as mulheres deveriam se comportar, cuidar do corpo, da família, como e com quem deveriam se relacionar afetivo e sexualmente.

O feminismo começa a denunciar que o que acontece no ambiente doméstico, familiar, nunca é verdadeiramente “isolado” e sim produzido coletivamente, através da cultura. Categorias como corpo, sexo e gênero, passam a ser vistas não mais como “naturais”, “biológicas” e sim como questões pertinentes ao Estado. Em meio a esta discussão, surge o ensaio da antropóloga estadunidense Gayle Rubin, “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo” (1975). Nesta obra, Rubin, introduz pela primeira vez na história das ciências humanas e sociais o termo “gênero” (originalmente “gender”, na língua inglesa). A autora, interessada na origem da opressão e da subordinação social das mulheres, elabora a expressão que até hoje é utilizada como “sistema sexo/gênero”. Tal sistema aparece como um conjunto de arranjos através dos quais uma determinada sociedade ou cultura transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 1975).

A partir da premissa de Rubin, nasce então a crítica ao discurso científico que naturaliza os “papéis de gênero”. Dotado de uma autoridade científica “inquestionável”, tal discurso é usado como uma forma de defender e perpetuar as desigualdades entre homens e mulheres.

As teóricas da “segunda onda” feminista procuram se contrapor justamente a esta lógica biomédica, fazendo uso do termo “gênero”, enquanto uma categoria socialmente

construída, distinguindo-se assim do sexo biológico e defendendo que é possível, então, uma transformação da sociedade, em busca da equidade entre homens e mulheres, pois as diferenças não são “naturalmente estabelecidas”, elas estão lá por conta de uma cultura androcêntrica, patriarcal. Nas palavras da pedagoga e estudiosa queer, Guacira Lopes Louro (1997):

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social. (p. 20-21)

2. ESTUDOS QUEER & O PÓS-ESTRUTURALISMO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo dos anos 80, nos Estados Unidos, surge a Teoria Queer, que tem em Judith Butler uma das principais estudiosas. Fortemente influenciada pelos estudos feministas, gays e lésbicos, a Teoria Queer resgata conceitos foucaultianos e pós estruturalistas, com o intuito de mostrar que o gênero é uma categoria cultural, que o masculino e o feminino estão presentes tanto nos homens como nas mulheres. O Queer, desta forma, expande os estudos gays e lésbicos (que até então focavam na crítica das categorias “natural x anormal” em relação à homossexualidade) para abraçar outros tipos de sexualidades e identidades de gênero, tidas como “desviantes” e historicamente marginalizadas. É a partir dos estudos Queer que surge o interesse em estudar as experiências trans e intersexuais, assim como, outras formas de sexualidades e expressões de gênero não-hegemônicas, caracterizadas pelo rompimento com as normas tradicionais, socialmente impostas.

O movimento feminista, neste momento (caracterizado como a “terceira onda” ou “terceira geração” do feminismo), passa a abarcar conceitos de estudiosos e estudiosas que visam desconstruir e questionar essas noções modernas sobre gênero e sexualidade. Tais estudos defendem a não “neutralidade” dessas categorias, sendo vistas assim, como construções sociais, usadas para transmitir e manter hierarquias e papéis tradicionais de gênero.

A expressão “Queer” surge de uma resignificação de um termo que tinha sido usado anteriormente para ofender e insultar. “Queer”, na língua inglesa, significa algo como “bicha”, “viado”. A expressão passa a ser usada orgulhosamente por um extenso grupo de

pessoas cuja sexualidade e identidade de gênero escapam dos padrões hegemonicamente impostos:

Queer é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser integrado e muito menos tolerado. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do entre lugares, do indecidível (LOURO, 2015, n/p).

Sobre o caráter inovador do Queer enquanto teoria e movimento social, Salih (2015), em seu livro “Judith Butler e a Teoria Queer” elucida:

Enquanto os estudos de gênero, os estudos gays e lésbicos e a teoria feminista podem ter tomado a existência de “o sujeito” (ou seja: o sujeito gay, o sujeito lésbico, a fêmea, o sujeito feminino) como um pressuposto, a teoria queer empreende uma investigação e uma desconstrução dessas categorias, afirmando a indeterminação e a instabilidade de todas as identidades generificadas e sexuadas. (p. 20)

Para Miskolci (2012, p. 29), o cenário político e social que originou os Estudos Queer é caracterizado pela “problematização da cultura e da imposição social de normas e convenções culturais que, de forma astuciosa e frequentemente invisível, nos formam como sujeitos, ou melhor, nos assujeitam”.

A epidemia da AIDS, sobretudo nos Estados Unidos, na década de 80, foi um acontecimento que influenciou e serviu de “background” cultural direto para a emergência dos estudos Queer. Pelúcio & Miskolci no artigo “A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes” (2009), descrevem este momento histórico como tendo sido caracterizado por um grande “pânico sexual”. O surto da AIDS além de ter sido um fato biológico também foi uma construção social, demonstrando que houve todo um esforço por parte do discurso biomédico vigente para transferir o rótulo de doença viral para uma doença sexualmente transmissível. Foi a resposta que os segmentos conservadores e tradicionais da sociedade encontraram para combater a chamada “Revolução Sexual”.

Miskolci (2012), destaca que o discurso ao redor da epidemia da AIDS, no contexto da gênese dos Estudos Queer, não foi apenas responsável por um reforço de imagens negativas sobre a homossexualidade. Este discurso repatologizou a homossexualidade, que historicamente havia sido patologizada, inclusive criminalizada em boa parte do mundo, entre 1870 e 1973 (o ano em que a homossexualidade foi retirada da lista de doenças da Sociedade

Americana de Psiquiatria). De acordo com a fala do sociólogo, a classe médica se utilizou, estrategicamente, de estatísticas como “dois entre cinco portadores de aids são homossexuais”, para desta forma associar o surto da AIDS à homossexualidade, dando origem, assim, ao estigma que até hoje persiste.

O emblemático caso da AIDS, nos anos 80, inclusive nos faz pensar sobre outros grupos sociais que atualmente são patologizados, tidos como “transtornados”, através de um discurso biomédico que se reveste de uma autoridade “científica” incontestável, como é o caso das identidades trans. Apenas no ano passado (2018), a Organização Mundial de Saúde (OMS) resolveu retirar a transexualidade do rol de transtornos mentais, atendendo, finalmente, às reivindicações de organizações e grupos ativistas em prol dos direitos das pessoas trans. A transexualidade, assim, na nova edição do CID (Classificação Internacional de Doenças) migra do rol de “doenças mentais”, passando a ser classificada como “incongruência de gênero”.³

Ainda sobre o aspecto insurgente e anti-hegemônico da Teoria Queer, Tomaz Tadeu apud Louro (2004), destaca:

(..) o Queer efetua uma verdadeira reviravolta epistemológica. A Teoria Queer quer nos fazer pensar queer (homossexual, mas também “diferente”) e não straight (heterossexual, mas também “quadrado”): ela nos obriga a considerar o impensável, o que é proibido pensar, em vez de simplesmente considerar o pensável, o que é permitido pensar. [...] O queer se torna, assim, uma atitude epistemológica que não se restringe à identidade e ao conhecimento sexuais, mas que se estende para o conhecimento e a identidade de modo geral. Pensar queer significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia queer é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa. (p. 49)

Com relação ao embasamento teórico, o pensamento Queer vai buscar no pós-estruturalismo a defesa da noção de um sujeito que é criado pelas instituições, pela cultura, pela política. Este sujeito é constantemente “moldado” por fatores sociais e culturais de sua época. O pós-estruturalismo, aqui, aparece como um contraponto teórico aos clássicos pensamentos essencialistas e universalistas, que quase sempre se amparam em falsas justificativas biológicas para, por exemplo, defender uma suposta “superioridade masculina”.

A comunidade científica, ao longo dos séculos, vem perpetuando mitos e noções sexistas mascarados de “verdades”. Importante frisar, que, quase sempre são cientistas homens (e brancos) os proliferadores de tais discursos. Angela Saini, bióloga e jornalista

³ Ler mais em: < http://huffpostbrasil.com/2018/06/18/apos-28-anos-transexualidade-deixa-de-ser-classificada-como-doenca-pela-oms_a_23462157/ > Acesso em: 21 de out, 2019.

britânica, em sua recente obra “Inferior: How science got woman wrong” (2017) defende que a ciência ocidental foi e ainda continua sendo responsável pela naturalização de estereótipos de gênero, como por exemplo, a noção falaciosa de que as mulheres seriam “intelectualmente inferiores” em relação aos homens. A cientista afirma que não existe nenhum tipo de característica biológica que faça com que “mulheres sejam mais aptas para o trabalho doméstico” e os homens para as “atividades intelectuais”. Saini (2017) critica Charles Darwin, mundialmente conhecido pela obra “Origem das Espécies” (onde explica a “Teoria da Evolução Humana”). Darwin teria defendido inúmeras vezes ao longo de sua vida que as mulheres apesar de serem “moralmente superiores aos homens, são inferiores intelectualmente” (SAINI, 2017, tradução nossa).

Sobre a constante e histórica subjugação da figura da mulher em nossa sociedade, Bozon (2004) denuncia que a partir dos discursos amparados no dimorfismo sexual originou-se um terreno fértil para a criação de hierarquias entre os corpos:

A maior parte das culturas - mesmo as que não produziram mitos de justificação quanto ao lugar dos homens e das mulheres - traduziu a diferença dos sexos em uma linguagem binária e hierarquizada, na qual apenas um dos termos era valorizado. (...) essas classificações dualistas que ordenam tanto os corpos quanto todas as outras coisas do mundo, produzem um sistema geral de oposições: alto/baixo, quente/frio, seco/úmido, claro/sombrio, sol/lua, direita/esquerda, reto/curvo, primogênito/caçula, maior/menor. Dentro dessa lógica estritamente binária e diferencial, o feminino está sempre assinalado no lado inferior, mesmo quando existe uma certa arbitrariedade quanto aos outros termos. Os órgãos sexuais masculinos e femininos, para os quais todas as línguas usam metáforas expressivas, são sempre percebidos de acordo com essa lógica hierarquizante. (p. 21)

No mesmo sentido, Ribeiro (2013), em artigo intitulado “Uma análise cultural da construção do feminino” faz um mapeamento sobre as diversas visões que o ocidente construiu sobre o “ser mulher” ao longo da história. Evidencia-se que o feminino sempre foi o “coadjuvante” de uma “peça teatral” onde o homem é o protagonista. A mulher enquanto a “costela de Adão” (e aqui cabe refletirmos acerca do caráter descartável da costela: quando retirada de um corpo, em nada altera o funcionamento do mesmo).

Ora retratada como “sinônimo de sedução”, ora como “criatura frágil” ou “tipo ideal de gestora”, Ribeiro (2013) revela a força de um discurso normalizador que insiste em colocar o feminino em um lugar de constante depreciação e inferiorização. Tal discurso orienta desde as mais cotidianas interações sociais e familiares até legislações e pareceres jurídicos. Nas palavras da autora:

(...) não é apenas o fato de nascermos com determinada configuração genital/hormonal o que determinará em primeira e última instância o nosso modo de ser no mundo, senão, são também os diferentes processos socializadores e, o capital simbólico que possuímos, que permanentemente, estarão nos fornecendo instrumentos de construção e reconstrução do chamado SI MESMA e, assim nos permitindo estar no mundo (RIBEIRO, 2013, p. 210).

Cabe dizer, então, que o pensamento Queer, ao trazer esse enfoque pós-estruturalista da categoria de “sujeito”, passa a pensá-lo através de suas experiências, levando-se em consideração suas particularidades e contextos locais. Noções universais e “essencializadoras” sobre os sujeitos passam a ser vistas como um retrocesso: aqui, o corpo, a sexualidade e as expressões de gênero são analisadas através de suas singularidades e individualidades e não através da “imutabilidade” e “estabilidade” que as ciências hegemônicas propõem.

3. BUTLER, FOUCAULT E A PROBLEMATIZAÇÃO DA HETERONORMATIVIDADE E DO SISTEMA BINÁRIO DE GÊNERO

Judith Butler, em sua obra mais conhecida “Gender Trouble” (1990), se propõe a fazer uma análise genealógica do sujeito, defendendo que o gênero e o sexo não são causas, mas efeitos. Em linhas gerais, a teórica defende que o sexo biológico não causa o gênero. Para Butler, o sexo feminino não origina um gênero feminino, o sexo masculino não origina um gênero masculino. Gênero e sexo podem ser discordantes, inconsistentes. Para Butler, sexo e gênero são efeitos originados das instituições, discursos e práticas; em outras palavras, nós como sujeitos não criamos ou “causamos” as instituições, os discursos e práticas, mas eles nos criam, nos “moldam”, ao determinar nosso sexo, nosso gênero, nosso desejo.

Neste ponto, é evidente a importância e o impacto das obras de Foucault no pensamento de Butler: a sexualidade enquanto um dispositivo histórico, que não deve ser visto como uma categoria “isolada”, “imutável”, “naturalizada” e sim interpretada de acordo com o tempo histórico e com a cultura do momento. Em “A História da Sexualidade: A vontade de saber” (1988), Foucault revoluciona os estudos sobre o sexo, ao defender que o dispositivo da sexualidade não passa de uma “invenção social”, se constituindo a partir de múltiplos discursos que regulam, normalizam, instauram saberes, que produzem verdades inquestionáveis:

Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva (o “sexo”). Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem,

organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou. (p. 34)

Foucault em “História da Sexualidade: A vontade de saber” (1988) foca a sua investigação no “dispositivo da sexualidade” principalmente no século XIX, época em que a medicina, sobretudo a sexologia, passa a ter um controle direto sobre a sexualidade e as expressões de afeto das pessoas daquela época. Os Estados, organizados político e economicamente, passam a se preocupar cada vez mais com questões como o controle populacional, taxa de natalidade e produtividade econômica dos seus povos. Aliados ao discurso biomédico, passam assim, a regradar e disciplinarizar as relações familiares e as práticas sexuais.

Neste cenário vitoriano, médicos, filósofos e pensadores, se valem de “descobertas científicas” para assim, categorizarem, classificarem e rotularem os corpos de homens e mulheres. Estes homens, através do que Foucault conceituaria de “biopoder”, passam então a proclamar verdades “cientificamente” incontestáveis sobre a sexualidade humana, tudo isso através de um falso arcabouço “intelectual”. Não é de se espantar, assim, que os principais alvos de tais estratégias discursivas sejam as mulheres. Seus corpos, principalmente no que diz respeito às práticas reprodutivas, passam a ser subordinados aos Estados. A figura da mulher e a sua sexualidade passa a ser vista como “ambígua, escorregadia, potencialmente perigosa” (LOURO, 2004, p. 81).

Tal recorte histórico minuciosamente investigado por Foucault é predominantemente caracterizado por uma época em que os discursos, tidos como verdades absolutas, são proliferados, muitas vezes aliados à Igreja e ao Direito. Diferentemente do que o senso comum acredita, tal época não foi marcada por uma censura, um silêncio, sobre as práticas sexuais. Pelo contrário, Foucault nos prova que neste período busca-se conhecer, dissecar, explicar, identificar e também classificar, vigiar e regradar a sexualidade dos povos. Sobre este ponto, Pelúcio (2009), defende:

Segundo Foucault (em “Os Anormais” e “A História da Sexualidade: A vontade de saber), regradar a sexualidade considerada promíscua tem sido interesse da medicina e do Estado desde o início do século XIX. As campanhas daquele período visaram levar a moral burguesa até os segmentos populares, a fim de regular suas práticas. Guardadas as distâncias de enfoque e de tempo, propomos que os projetos preventivos, ao se voltarem para outras populações que não aquelas que foram identificadas inicialmente como “de risco”, o fazem tendo como foco os grupos que organizam sua sexualidade a partir de valores distintos daqueles que orientam os valores hegemônicos da sociedade contemporânea. (p. 174)

Tudo isso permite dizer que o pensamento Queer foi diretamente influenciado pelas principais ideias de Foucault no que diz respeito ao dispositivo da sexualidade, enquanto construto social, trazendo alguns pontos importantes e inovadores, quais sejam: a ideia de que, de acordo com Butler, existe uma “heterossexualização” da nossa cultura e que este processo “heterossexualizador” irá excluir e marginalizar todas as pessoas que são dissidentes dos padrões tradicionais, tanto em termos de desejo, como de identidades de gênero.

Há na nossa sociedade, a noção de que sexo, gênero e sexualidade estão intrinsecamente ligados. Pressupõe-se, então, que em um mundo regido pela heteronormatividade (termo que será melhor explicado adiante), por exemplo, uma pessoa que nasceu com vagina deve se identificar como mulher e se relacionar com homens. Butler e demais teóricos queer criticam esse sistema “sexo/gênero/orientação sexual”, defendendo que não existe nenhum tipo de relação mútua entre essas três categorias, que são independentes e não necessariamente “alinhas”. A Teoria Queer, ao defender a “desnaturalização” da categoria gênero, acaba identificando que é possível sim a existência de “homens com vagina” e “mulheres com pênis”. O corpo entendido como “biológico” não necessariamente irá adotar o gênero que lhe foi designado pela norma social, aquele designado no nascimento do indivíduo. Existem fêmeas “masculinas” e machos “femininos”, como defende Butler. Romper com essa ordem compulsória, tão presente no discurso do senso comum, que defende uma ligação entre sexo, gênero e sexualidade, talvez seja um dos principais caminhos para se entender o gênero enquanto uma construção social.

A ideia da heterossexualidade compulsória é trabalhada inicialmente pela escritora feminista radical Adrienne Rich. Em seu artigo intitulado “Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence” (1980), Rich denuncia a existência de uma norma heterossexual que inclina as mulheres a adotarem o “padrão de vida heterossexual”: da feminilidade ao casamento, passando pela maternidade. Rich inicia o seu artigo a partir da ideia de “Male Power” (“Poder Masculino”) desenvolvida pela escritora Kathleen Gough, em seu artigo denominado “The Origin Of Family” (1973). Rich, então, trabalha a partir das oito características que o “Poder Masculino” assume nas sociedades arcaicas e modernas denunciadas por Gough, sendo estas:

A habilidade dos homens ao negar a sexualidade das mulheres ou ao forçá-las a isso; ao comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção; ao controlá-las ou roubá-las de suas crianças; ao confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos; ao usá-las como objetos em transações masculinas; ao restringir sua criatividade; ou quando as retiram

de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade (GOUGH apud RICH, p. 23, 2010)

Contudo, Rich aponta que Gough peca em não observar que estas características do “Poder Masculino” também estavam atreladas ao reforço de uma ordem heterossexual. Ela diz que para Gough, tais características são produtoras unicamente de uma desigualdade sexual. Desta forma, Rich amplia o debate ao direcioná-lo para a heterossexualidade, enquanto uma instituição política que retira o poder das mulheres:

Algumas das formas de o poder masculino se manifestar são mais facilmente reconhecidas do que outras, ao reforçar a heterossexualidade sobre as mulheres. No entanto, cada uma das que eu listei vem adicionar-se ao feixe de forças pelo qual as mulheres têm sido convencidas de que o casamento e a orientação sexual voltada aos homens são vistos como inevitáveis componentes de suas vidas – mesmo se opressivos e não satisfatórios. O cinto de castidade, o casamento infantil, o apagamento da existência lésbica (exceto quando vista como exótica ou perversa) na arte, na literatura e no cinema e a idealização do amor romântico e do casamento heterossexual são algumas das formas óbvias de compulsão, as duas primeiras expressando força física, as duas outras expressando o controle da consciência feminina. (2010, p. 26)

Se pensarmos na heterossexualidade como “natural”, ou seja, a sexualidade que é esperada de todas as mulheres, Rich denuncia que aquelas que fogem desta regra serão vistas como “doentes, desviantes ou emocionalmente e sexualmente depravadas”. A autora ainda explica que a heterossexualidade tem sido imposta forçadamente e subliminarmente às mulheres, mas ainda assim, em todo o mundo, existem mulheres que resistem, muitas vezes sob pena de tortura física e psicológica, aprisionamento e ostracismo social.

O pensamento de Adrienne Rich sobre a heterossexualidade compulsória não ficou “esquecido” em 1980, tendo uma grande repercussão poucos anos depois, através de estudiosos e defensores da Teoria Queer. A Teoria Queer, com base nos pressupostos de Rich acerca da heterossexualidade compulsória, passou a denunciar a existência de uma chamada “heteronormatividade” que expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto de que a heterossexualidade é natural e, portanto, fundamento da sociedade (CHAMBERS, 2003; COHEN, 2005, p.24 apud MISKOLCI, 2009, p.156).

Enquanto a heterossexualidade compulsória é caracterizada pela expectativa de que todas as pessoas sejam heterossexuais (e as que não são, acabam sendo enquadradas como “doentes”, “anormais” e afins), a heteronormatividade passa a ser vista como uma ordem

sexual que dita que todos, heterossexuais ou não, organizem suas vidas conforme o modelo “supostamente coerente” da heterossexualidade (COLLING, 2015).

Em uma sociedade regida pela heteronormatividade, até uma pessoa cuja sexualidade não é a heterossexual, será atingida diretamente pela norma, tendo que organizar sua vida a partir do modelo “heterossexual”. A força desse sistema heteronormativo é tão grande que ele impregna não apenas na forma como as pessoas vivenciam suas relações afetivas, sexuais, familiares, como também as mais diversas esferas sociais à exemplo da escola, igreja, trabalho, etc. Colling (2015) conclui que a heterossexualidade não é apenas uma expressão da sexualidade humana e sim um modelo político que organiza a vida em sociedade.

Com o intuito de demonstrar a força da heteronormatividade enquanto ordem sexual do presente, Miskolci em seu livro intitulado “Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças” (2012) traz três conceitos de extrema importância para a compreensão da hegemonia cultural hétero em nossa sociedade atual: heterossexismo, a já citada heterossexualidade compulsória e também a heteronormatividade. Nas palavras do sociólogo:

Heterossexismo é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais. Um exemplo de heterossexismo está nos materiais didáticos que mostram apenas casais formados por um homem e uma mulher. A heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto. Ela se expressa, frequentemente, de forma indireta, por exemplo, por meio da disseminação escolar, mas também midiática apenas de imagens de casais heterossexuais. Isso relega à invisibilidade os casais formados por dois homens ou duas mulheres. A heteronormatividade, por sua vez, é a ordem sexual atual, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero. (MISKOLCI, 2012, p. 46-47)

O potencial regulador da heteronorma, como já dito, é muito poderoso, capaz de enquadrar até aqueles que não se relacionam com o gênero “oposto”. Sobre esta questão, Miskolci (2012) irá argumentar que nos dias atuais existe uma “tímida aceitação” quanto às pessoas que se relacionam com outras do mesmo gênero, principalmente nas classes médias e altas urbanas, sobretudo metropolitanas. Contudo, apesar da homoafetividade ter ganhado um pouco de visibilidade e aceitação, a sociedade ainda exige destas pessoas o cumprimento das expectativas com relação ao gênero e um estilo de vida que mantêm a heterossexualidade como um modelo inquestionável. Por conta disso, o sociólogo observa que existem muitos casais homoafetivos que tentam se enquadrar em um “padrão hétero” de relacionamento, deixando clara aqui, a expressão da vigência da heteronormatividade: um casal só pode ser

considerado “legítimo” e por consequência, aceito socialmente, se estiver nos moldes do casal heterossexual reprodutivo. Este fenômeno explicaria, aos olhos da Teoria Queer, as crescentes demandas pela legitimação do casamento civil gay, a adoção de crianças por casais homoafetivos e também o reconhecimento de tais relações como modelo familiar.

Mesmo em um mundo onde a heterossexualidade é, mais do que um padrão, uma ordem a ser seguida em todos os eixos e dimensões sociais, há também as pessoas que escapam a esta norma. São gays, lésbicas, bissexuais, pansexuais, transexuais, travestis e demais grupos dissidentes. Butler, assim, declara que “as identidades que não se conformam a este sistema hegemônico heterossexual, mostram como as normas de gênero são socialmente instituídas e mantidas” (2002, p. 22).

A imposição de uma linearidade entre sexo - gênero - orientação sexual também é um traço marcante deste regime heteronormativo. Neste cenário, as pessoas com genitália “masculina” devem se comportar como machos, másculos e se relacionarem afetivo e sexualmente com as “mulheres”. Aquelas com genitália “feminina” devem reproduzir o estereótipo de feminilidade, sendo delicadas, dóceis, frágeis e se relacionarem com os “homens”.

O sistema heteronormativo dita que ter um pênis significa ser obrigatoriamente másculo, como se o “masculino” e o “feminino” fossem produtos de uma instância biológica inquestionável, natural. A heteronormatividade amparada pelo discurso biomédico, divide assim, os corpos humanos em “masculinos” e “femininos”. Corpos quenão se encaixam nesse binarismo de gênero não são sequer vistos como “humanos”.

Butler (2002) traz à discussão o exemplo de Herculine Barbin, uma pessoa intersexual (naquela época comumente chamada de “hermafrodita”) do século XIX que desafiou a ciência da época, sendo “inclassável” nos termos desse binarismo de gênero caracterizado pelo masculino/feminino, macho/fêmea. Para Butler, o caso de Herculine representa uma crítica implícita a esta visão de enxergar as categorias identitárias do sexo de forma fixa, estável.

A história de Herculine Barbin passou a ganhar notoriedade depois que Michel Foucault, em 1980, publicou os seus diários pessoais sob o título de “Herculine Barbin: O Diário de um Hermafrodita”. Nascida na França e declarada como uma pessoa do “sexo feminino”, Herculine, que na época estudava em uma escola de freiras, ao fazer um exame médico, foi constatado também a presença de um órgão sexual masculino em sua composição anatômica. A partir de então, Herculine teve o seu registro civil alterado para o “sexo masculino” por ordem das autoridades do Estado (depois da confirmação dos médicos de que

Herculine, na verdade, se tratava de um “homem”) e teve que compulsoriamente passar a se vestir com roupas “masculinas” e se apresentar como homem perante a sociedade.

Toda essa transformação jurídica e social que foi imposta autoritariamente à Herculine, acabou levando-a/o ao suicídio. Foucault (1980) alega que a intersexualidade de Herculine, antes da transformação, fazia com que estivesse livre para usufruir dos prazeres e desejos sem as pressões disciplinadoras e jurídicas as quais o sexo estava submetido àquela época. A condição de Herculine, enquanto intersexual, significava uma espécie de “brecha”, de “fuga” às normas de um regime sexual extremamente regulador.

Em a “História da Sexualidade: A vontade de saber” (1988), Foucault também usa a experiência intersexual como uma prova do caráter social e cultural das concepções de gênero, contrariando assim, o discurso biomédico daquela época:

Durante muito tempo os hermafroditas (hoje conhecidos como intersexuais) foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção. (p. 39)

O que fica evidente, portanto, é que todos os corpos que transcendem estes saberes biomédicos, tidos como verdadeiros e irrefutáveis, acabam sendo jogados para uma zona de marginalização: os “hermafroditas”, àquela época investigada por Foucault, eram criminosos. Hoje, temos as pessoas transexuais, vistas como doentes, tendo suas experiências de gênero desrespeitadas, relegadas ao âmbito do patológico, do que deve “ser corrigido”.

Mas o que seriam os conceitos de “masculinidade” e “feminilidade”? Existe um arcabouço literário consolidado cientificamente que indique qual o jeito “certo”, “normal” e “aceitável” de ser “homem” ou “mulher” em todas as culturas, contextos e épocas? Sobre essa questão, Louro (1997), defende que:

(...) as identidades de gênero estão continuamente se construindo e se transformando. Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo. Essas construções e esses arranjos são sempre transitórios, transformando-se não apenas ao longo do tempo, historicamente, como também transformando-se na articulação com as histórias pessoais, as identidades sexuais, étnicas, de raça, de classe. (p. 28)

Butler dá continuidade à conhecida ideia de Beauvoir de que o gênero está mais ligado a algo que “fazemos” do que “somos”. A partir dos estudos da filósofa, o gênero aparece

como uma categoria que não tem nada de natural, ou estável, como é proposto pela medicina e demais ciências biológicas. Butler, assim, através da Teoria Queer, denuncia o efeito “cristalizador” do gênero. Ou seja, a forma como ele se solidifica em determinado tempo ou momento histórico, dando a falsa sensação de que é algo permanente, natural (SALIH, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação histórica tendo como aporte teórico os Estudos Feministas e os Saberes Queer, sobre a construção do conceito de gênero e sexualidade, ao longo dos séculos, conclui-se que tais categorias não estão “dadas”, nem “fixas”, tampouco são “naturais”, entende-se que, pelo contrário, são conceitos que irão variar de acordo com as normas da sociedade em questão, da cultura vigente.

O gênero e a sexualidade, assim, funcionam como categorias analíticas de percepção de mundo, de sociedade. Precisamos entender como discursos e regimes de verdade usam tais categorias, de forma a eleger expressões de gênero e sexualidades hegemônicas, em detrimento de outras. Reconhecemos, assim, a importância de estudar essas categorias de forma crítica, interdisciplinar, com os olhos não só do Direito, mas também da Antropologia, da Sociologia, com o objetivo de entender os processos históricos e sociais que excluem os corpos que não se enquadram nesses modelos “padrões”.

A importância do debate ao redor do gênero e da sexualidade, reside também na problematização do conceito de “cidadania”. As crescentes violações de direitos humanos básicos à população LGBTQ+, demonstram o poder regulador de tais normatizações nos mais diversos âmbitos da vida social, familiar, jurídica, fazendo com que determinadas minorias sociais, à exemplo da população LGBTQ+, sejam vistas como “menos cidadãos”, como “cidadãos mutilados”, como já diria o geógrafo Milton Santos.

Entender gênero e sexualidade como categorias construídas socialmente implica em reconhecer um mundo amplo, diverso, onde todas as expressões de gênero e sexualidades devem ser respeitadas. Implica também, numa arma potente contra a crescente ascensão do fascismo e práticas governamentais autoritárias, no pânico moral daqueles que perseguem e silenciam os debates de questões sobre gênero e sexualidade fazendo uso do discurso falacioso da “ideologia de gênero”.

Por fim, analisar questões sobre gênero e sexualidade, é de extrema importância para a academia, para o desenvolvimento de pesquisas que servirão de base teórica e justificativa

científica para a elaboração de legislações inclusivas e de políticas públicas que contemplem a população LGBTQ+, mulheres & demais grupos sociais historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo Vol. 2*. Tradução: Sérgio Millet, Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 1. Ed., 2006.
- _____. *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense. Ed., 2008.
- _____. Da Transexualidade Oficial às Transexualidades. In: *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond. p. 143-171.
- BORNSTEIN, Kate. *Gender Outlaw: On Men, Women and the Rest of Us*. Inglaterra, Reino Unido: Editora Routledge, 2003.
- BOZON, Michel. *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. - (Família, Geração e Cultura).
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Col. Sujeito & História - 8ª Ed. 2015
- COLLING, Leandro. “O que Perdemos com os Preconceitos?” Revista Cult. Ed. 202. Ano 18. Junho de 2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal. 13ª Ed., 1988.
- _____. *Herculine Barbin chamada Alexina B*. Tradução de Antonio Serrano e Ana Canellas. Madrid: Editorial Revolución, 1985.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. In: Revista Brasileira de Educação, v. 16n. 47 maio-ago., 2011.
- LOPES, Guacira Louro. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 6ª Ed. 1997.
- _____. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Pro-Posições. v.19. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>> Acesso em: julho. 2016.
- _____. *Um Corpo Estranho: Ensaio sobre sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2ª Ed. 2015.
- MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. 2ª Ed. 2016.

_____; PELÚCIO, Larissa. *A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes*. 2009. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/132>> Acesso em: outubro. 2019.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *A teoria queer e a Reinvenção do Corpo*. Cadernos Pagu (27), Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2006.

RIBEIRO, Luziana Ramalho. *A Invenção do Corpo Moldável: ou Como Dispensar os “Incluídos”*. João Pessoa: Editora da UFPB. 2013.

RICH, Adrienne. *Heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>> Acesso em: outubro. 2019.

RUBIN, Gayle. *O Tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Tradução: Christine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Correia. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>> Acesso em: outubro. 2019.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Tradução e notas: Guacira Lopes Louro. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Trad. de Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.